

Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de Setembro de 2023 e 2022

ATIVO	30.09.2023	31.12.2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.09.2023	31.12.2022
CIRCULANTE	133.574	140.247	CIRCULANTE	170.272	168.738
Equivalentes de Caixa - Recursos Próprios (nota 04)	52.781	71.628	Fornecedores (nota 9)	7.646	8.446
Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (nota 04)	8.369	8.466	Salários e Remunerações a Pagar (nota 10)	79.159	68.980
Clientes e Outras Contas a Receber	474	695	Impostos e Contribuições a Recolher (nota 11)	17.215	22.083
Adiantamentos a Empregados	9.071	3.186	Adiantamentos de Convênios (nota 12)	4.067	4.715
Adiantamentos a Fornecedores	2.969	-	Adiantamentos de Clientes	926	217
Impostos a Recuperar (nota 22)	712	821	Outras Contas a Pagar	179	183
Parcelamentos a Receber (nota 05)	9.842	12.093	Provisão para Contingências (nota 13)	61.010	63.559
Depósitos Judiciais (nota 13)	44.562	41.961	Provisão para Contribuição Social	70	555
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 06)	592	403			
Estoques	712	781			
Despesas Exercício Seguinte	3.490	213			
NÃO CIRCULANTE	208.186	212.122	NÃO CIRCULANTE	110.669	104.165
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	50.704	56.211	Impostos Reservas de Reavaliação	448	469
Depósitos Judiciais (nota 13)	9.578	10.161	Adiantamentos de Convênios (nota 12)	4.303	3.750
Adiantamentos a Empregados	3.355	2.680	Provisão para Contingências (nota 13)	26.705	27.806
Parcelamentos a Receber (nota 05)	11.772	16.908	Provisão para Contrib. Prev. (nota 23)	79.213	72.140
Antecipação de Dividendos (nota 14d)	7.132	7.132			
Valores a Receber - Dívida Ativa (nota 06)	17.468	17.886			
Impostos a Recuperar (nota 22)	1.399	1.444			
IMOBILIZADO (nota 07)	155.343	153.151	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	60.819	79.466
INVESTIMENTO	8	8	Capital Social (nota 14a)	170.377	169.577
INTANGÍVEL (nota 08)	2.131	2.752	Ações em Tesouraria (-)	(1)	(1)
			Reservas de Reavaliação (nota 14b)	19.070	19.282
			Prejuízos Acumulados (nota 14c)	(128.627)	(109.392)
TOTAL	341.760	352.369	TOTAL	341.760	352.369



Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de Setembro de 2023 e 2022

	nota	Acumulado 01.01.2023 a 30.09.2023	Acumulado 01.01.2022 a 30.09.2022	3º Trimestre 01.07.2023 a 30.09.2023	3º Trimestre 01.07.2022 a 30.09.2022
RECEITA DE SERVIÇOS E VENDAS					
Subvenção de Custeio		65.810	22.163	28.792	2.340
Exercício do Poder de Polícia Delegado		346.803	303.501	126.919	102.903
Venda de Serviços e Produtos		10.181	13.034	3.341	4.439
Deduções		(17.545)	(16.427)	(6.391)	(5.963)
TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS	15	405.249	322.271	152.661	103.719
CUSTO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS VENDIDOS E SUBVENCIONADOS	16	(312.666)	(284.738)	(111.616)	(100.399)
LUCRO BRUTO		92.583	37.533	41.045	3.320
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas Administrativas	16	(129.498)	(125.162)	(43.819)	(41.232)
Despesas/Reversão de Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa		7.831	6.934	2.688	3.196
Outras Despesas e Receitas Operacionais	17	5.954	(47.239)	13.742	(7.305)
		(115.713)	(165.467)	(27.389)	(45.341)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS		(23.130)	(127.934)	13.656	(42.021)
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	18	3.731	22.468	(120)	6.518
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(19.399)	(105.466)	13.536	(35.503)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(70)	(555)	(70)	-
LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO		(19.469)	(106.021)	13.466	(35.503)
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES DE CAPITAL		(R\$ 3,43)	(R\$ 19,59)	R\$ 2,39	(R\$ 7,12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - 3T23

Valores em milhares de reais

**Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de Setembro de 2023 e 2022**

	Acumulado 01.01.2023 a 30.09.2023	Acumulado 01.01.2022 a 30.09.2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do Período	(19.469)	(106.021)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Provisão Contingências Trabalhistas/Cíveis	26.616	50.234
Provisão para Contribuições Previdenciárias	7.073	0
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Dívida Ativa	(19.271)	19.602
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Outras	2.838	3.209
Provisão PPR-Progr.Partic.Resultados	(8.498)	10.489
Provisão Férias/13º Salário/Licença Premio	18.463	26.593
Provisão Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(485)	(10.403)
Depreciação do Imobilizado	2.882	9.682
Amortização do Intangível	621	1.028
Realização Reserva de Reavaliação	21	44
Realização Reserva de Lucros a Realizar	0	(616)
Compensação de Encargos Previdenciários	0	26.327
Reversão do Diferimento da Tributação	0	852
Baixas no Ativo Imobilizado	25.834	1.666
Baixas no Intangível	0	53
Subtotal	36.625	32.739
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante		
Clientes e Outras Contas a Receber	213	(497)
Adiantamentos a Empregados	(6.980)	(6.048)
Adiantamentos a Fornecedores	(2.968)	0
Impostos a Recuperar	(179)	9.857
Parcelamentos a Receber	5.312	7.121
Valores a Receber - Dívida Ativa	19.501	(17.243)
Estoques	68	(117)
Despesas Exercício Seguinte	(3.277)	18
Distribuição de Dividendos	0	(63.877)
Depósitos Restituíveis	(2.018)	(494)
Subtotal	9.672	(71.280)
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	(800)	(5.103)
Salários e Remunerações a Pagar	214	(7)
Impostos e Contribuições a Recolher	(4.868)	(1.960)
Adiantamentos de Convênios	(96)	601
Adiantamentos de Clientes	709	328
Outras Contas a Pagar	(4)	(1.758)
Impostos Reservas de Reavaliação	(21)	(850)
Baixas Contingências Trabalhistas/Cíveis	(30.267)	(2.377)
Subtotal	(35.133)	(11.126)
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	11.164	(49.667)
Atividades de Investimento		
Aquisição de Intangível	-	-
Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	(30.908)	(42.714)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(30.908)	(42.714)
Atividades de Financiamento		
Recursos destinados a Aumento de Capital	800	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	800	-
Capital Circulante Líquido	(18.944)	(92.381)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	80.094	224.743
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	61.150	132.362
Variação líquida nos Caixas e Equivalentes de Caixa	(18.944)	(92.381)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 3T23

Valores em milhares de reais

**Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de Setembro de 2023 e 2022**

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reserva de Lucros		Reservas de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
				Reservas Legal	Reservas Lucros a Realizar			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	169.577	(1)	3.834	3.362	77.802	18.691	-	273.265
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	(190)	-	(190)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	234	234
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	(106.021)	(106.021)
Resultado Exercícios Anteriores:								
Compensação Encargos Previdenciários	-	-	-	-	-	-	26.327	26.327
Reversão do diferimento da tributação - Imposto de Renda	-	-	-	-	-	852	-	852
Contribuição Social Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	(689)	(689)
Reversão parcial da Contribuição Social Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	73	73
Apropriação do Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	(47.908)	-	-	(47.908)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022	169.577	(1)	3.834	3.362	29.894	19.353	(80.076)	145.943
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	169.577	(1)	-	-	-	19.282	(109.392)	79.466
Adiantamento para aumento de capital	800	-	-	-	-	-	-	800
Realização das Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	(212)	-	(212)
Diferimento da tributação sobre Reservas	-	-	-	-	-	-	234	234
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	(19.469)	(19.469)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023	170.377	(1)	-	-	-	19.070	(128.627)	60.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - 3T23

Valores em milhares de reais

**Demonstrações Financeiras Intermediárias - 30 de Setembro de 2023 e 2022**

	Acumulado 01.01.2023 a 30.09.2023	Acumulado 01.01.2022 a 30.09.2022	3º Trimestre 01.07.2023 a 30.09.2023	3º Trimestre 01.07.2022 a 30.09.2022
LUCRO(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(19.469)	(106.021)	13.467	(35.503)
Realização das reservas de reavaliação	(212)	(190)	(71)	(71)
Diferimento da tributação sobre as reservas de reavaliação	234	234	78	78
Ajuste de exercícios anteriores	-	26.327	-	9.709
Contribuição Social Exercício Anterior	-	(689)	-	-
Reversão da Contribuição Social Exercício Anterior	-	73	-	73
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(19.447)	(80.266)	13.474	(25.714)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS DO 3º TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto Operacional

A CETESB, com sede na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345 – Alto de Pinheiros – São Paulo – SP é uma empresa pública estadual, parte integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, em que a Fazenda do Estado de São Paulo detém 99,9999% do capital social. A Companhia foi constituída pela Lei nº 118 de 29/06/1973, alterada pela Lei nº 13.542 de 08/05/2009, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) e possui atribuições legais voltadas para a sua condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo, no campo do controle da poluição e de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA. A CETESB é regida pelas Leis federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16 e a Instrução nº 480, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

1.2 Principais eventos ocorridos durante o trimestre

a) Diminuição da subvenção econômica

A CETESB recebeu a título de subvenção econômica da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, registrada nas rubricas “Pessoal e Encargos Sociais” e “Custeio”, R\$ 65.810 dos R\$ 110.089 previstos na Lei Orçamentária Anual (“LOA” - Lei Estadual nº 17.614 de 26/12/2022 e Decreto Estadual nº 67.447, de 13/01/2023), para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2023.

b) Continuidade Operacional

Apesar da diminuição dos recursos de subvenção recebidos durante o período, a Secretaria da Fazenda e Planejamento está monitorando o fluxo de caixa (SIEDESC) da CETESB e liberando paulatinamente a subvenção econômica determinada pela LOA, a fim de garantir a sustentabilidade de suas atividades sem prejuízo da continuidade operacional. Apesar

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

disso, os níveis de caixa da CETESB permanecem dentro dos parâmetros considerados normais para uma empresa estatal dependente.

c) Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias referentes ao período de 9 meses e ao trimestre findos em 30 de setembro de 2023 foram aprovadas e têm sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, em 24/11/2023 e 28/11/2023, respectivamente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Declaração de conformidade e base de preparação:

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias a estas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia.

- Moeda funcional e de apresentação:

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R\$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

- Uso de estimativas e premissas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, as quais têm como base fatores objetivos e subjetivos e o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia.

Devido ao fato de tratar-se de valores estimados, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, assim, a Companhia revisa suas premissas e conseqüentemente as estimativas constituídas, cujos efeitos são reconhecidos no período da revisão.

Nestas condições, as estimativas significativas constituídas para as demonstrações financeiras no 3º trimestre de 2023 foram:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***a) Provisão para perda de valor recuperável dos ativos (Imobilizado e Intangível)**

Em consonância com o normativo contábil que trata a matéria, a Companhia realizava testes de recuperação dos ativos ao menos anualmente ou em períodos menores na ocorrência de indícios / gatilhos internos ou externos que assim o determinem. Atualmente, é realizado o teste de impairment conforme previsto na NBC TG 01 (R4), visando à necessidade de ajuste ao valor recuperável dos bens que compõem o imobilizado e o intangível.

b) Estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos.

A estimativa para perdas esperadas em contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos é constituída a partir da abordagem simplificada da análise, que consiste em reconhecer a perda esperada do crédito, considerando as seguintes evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes – CADIN e, por fim, iv) dificuldade de localização do devedor.

c) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, sendo constituídas provisões frente aos riscos trabalhistas, cíveis e tributários cujos processos representem perdas prováveis e estão estimadas com certo grau de segurança, as quais podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

Trimestralmente é realizada revisão a fim de verificar alterações nas circunstâncias e premissas que as determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes: a determinação da provisão necessária para estas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais da Companhia. Em observância ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – Geral – NBC TG 25 (R1), os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são somente divulgados, e os passivos não mensuráveis com suficiente segurança, classificados como perdas remotas, não são provisionados.

d) Normas e interpretações novas e revisadas

Até 30 de setembro de 2023, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC não publicou novos pronunciamentos, que influenciassem as práticas contábeis aplicadas à Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente comparativamente aos exercícios anteriores.

a) Disponibilidades

Correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 4).

b) Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção das atividades, como, por exemplo, suportes de reagentes aos laboratórios. Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, não superiores aos valores de realização.

c) Depósitos Judiciais e Recursais

Depósitos recursais são desenhos compulsórios exigidos para a interposição de recursos processuais, cujo valor, em caso de confirmação da condenação, pode ser descontado do crédito do reclamante ou devolvido à Companhia no final do processo.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com o fim de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou oposição de embargos à execução, sendo acompanhado pela Companhia seu desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por sua vez, os registros contábeis são mantidos em valor original mediante o fato dos rendimentos por si produzidos sujeitarem-se à condição suspensiva, num ambiente de incerteza acerca do fluxo de benefícios econômicos futuros, reconhecidos em resultado quando for possível a reversão à Companhia.

Os valores por natureza da ação e respectivos montantes estão demonstrados na nota explicativa nº 13.

d) Imobilizado

Até 31/12/2003 o ativo imobilizado era avaliado ao custo de aquisição, acrescido dos valores de reavaliação sobre os imóveis, metodologia adotada anteriormente ao advento da Lei nº 11.638/07. A Companhia adotou o valor residual reavaliado como novo valor de custo dos imóveis (terrenos e benfeitorias). A parcela relativa à realização da reserva de reavaliação referente aos imóveis, exceto terrenos, é contabilizada na própria conta de Reserva de Reavaliação, na mesma proporção em que os bens são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil dos bens. Após este período a Companhia efetua anualmente ou quando há indícios de perda, o teste de *impairment* conforme previsto na NBC TG 01 (R4) – (nota explicativa nº 7).

e) Ativo Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida econômica definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício (nota explicativa nº 8).

f) Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

Correspondem às férias vencidas, proporcionais, licença prêmio e respectivos encargos sociais incorridos até 30 de setembro de 2023.

g) Contabilização dos Convênios

A Companhia celebra “Convênios” com diversas Entidades nacionais, internacionais e Fundos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estaduais para o desenvolvimento de vários projetos relacionados com sua atividade fim. Os recursos provenientes desses convênios são contabilizados quando do seu recebimento, tendo como contrapartida uma conta de obrigação no Passivo, até a realização e aprovação da respectiva prestação de contas.

h) Contribuição Social

A Companhia é optante pela tributação com base no Lucro Real. Em 30/09/2023, o resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal, acarretou na base de cálculo negativa de R\$ 11.966, ficando dispensada do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, devido às suas atividades estatutárias e personalidade jurídica, conforme decisão proferida em seu favor em exercícios anteriores, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados a valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos até a data do Balanço. Em razão das características operacionais da Companhia não são aplicáveis ajustes a valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

j) Instrumentos Financeiros

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais e que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de disponibilidades. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles. Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em montantes, não superiores aos seus valores de mercado.

4. Disponibilidades

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos pro rata até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado.

As aplicações financeiras vinculadas a convênios observam os mesmos procedimentos dos recursos próprios, todavia, são tratados separadamente porque estão vinculados aos chamados “convênios” (vide nota explicativa 12) e não podem ser aplicados na operação regular da

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia.

	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Bancos	1.936	2.916
Aplicações Financeiras - Recursos Próprios	50.845	68.712
Total Recursos Próprios	<u>52.781</u>	<u>71.628</u>
Aplicações Financeiras - Vinculadas a Convênios	8.369	8.466
Total	<u>61.150</u>	<u>80.094</u>

5. PARCELAMENTOS A RECEBER

São os créditos decorrentes de aplicação de multas ambientais, conforme a legislação vigente, em empresas e outras entidades que aderiram a um programa de parcelamento e da prestação de serviços diversos. No intuito de garantir a liquidez, estes recebíveis são avaliados trimestralmente ou quando da ocorrência de fato superveniente, e, quando constatada inadimplência recorrente evidenciando baixa probabilidade de recebimento, a transferência dos valores do ativo circulante para o ativo não circulante e a constituição de estimativa para possível perda - PCLD. O critério adotado para constituição da provisão para perda são os títulos vencidos há mais de 6 meses. No decorrer do exercício é realizada uma projeção mensal da UFESP para o final do ano, de acordo com a evolução do índice IPC-Fipe, e os títulos em aberto são atualizados de acordo com essa projeção.

	<u>CIRCULANTE</u>		<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Multas Fontes Móveis	1.086	1.446	23.263	21.674
Multas Fontes Estacionárias	5.737	6.229	13.640	14.149
Multas Agenda Verde	3.214	4.640	4.411	5.598
Assistência Médica	68	75	470	584
Cursos	-	-	-	7
PCLD	(263)	(297)	(31.099)	(28.989)
Atualização Legal	-	-	1.087	3.885
Total	<u>9.842</u>	<u>12.093</u>	<u>11.772</u>	<u>16.908</u>

6. VALORES A RECEBER – DÍVIDA ATIVA

No terceiro trimestre de 2023, a Companhia prosseguiu com as inscrições de multas ambientais no Sistema da Dívida Ativa – SDA, administrado pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, apropriando no resultado somente quando a receita é classificada como provável, com

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

perspectiva de recebimento praticamente certo.

Para os títulos a receber, registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, a Companhia constituiu provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa na ordem de 98%, independentemente do prazo de inscrição do título, em consonância a um estudo técnico que analisou a média histórica de recebimentos, para o triênio de 2018 a 2020, identificando que os valores de recebimento não ultrapassaram em média 3% do saldo dos títulos inscritos na Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado. Referido estudo foi aprovado na reunião nº 564 do dia 20/10/2021 do Conselho de Administração e é reavaliado anualmente pela área competente. Até 30/09/2023 não houve necessidade de alteração.

a) Inscrições na Dívida Ativa - CIRCULANTE:

	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Recebimentos com perspectiva de até 1 exercício social	11.906	10.680
Arrecadação de multas a repassar	353	190
PCLD (-)	<u>(11.667)</u>	<u>(10.467)</u>
Total	592	403

b) Inscrições na Dívida Ativa – NÃO CIRCULANTE:

	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Recebimentos com perspectiva acima de 1 exercício social	856.526	836.123
PCLD (-)	(839.395)	(819.400)
Atualização Legal	16.860	55.860
PCLD (-)	(16.523)	(54.743)
CDA's pagas com código indevido	-	2.294
PCLD (-)	-	<u>(2.248)</u>
Total	17.468	17.886

c) Composição da PCLD – Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa

	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Multas Fontes Estacionárias	774.496	753.784
Multas Fontes Móveis	361	345
Multas Agenda Verde	<u>64.538</u>	<u>65.271</u>
Total	839.395	819.400

Com o intuito de aprimorar o critério de estabelecimento da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa, a Companhia vem envidando esforços, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, para analisar os processos de multas ambientais inscritos na dívida ativa do Estado, os quais totalizam aproximadamente 12.847 inscrições, até 30 de setembro de 2023.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. IMOBILIZADO

a) Saldos Patrimoniais

	Depreciação		<u>30.09.2023</u>		<u>31.12.2022</u>		Líquido
	Taxa % a.a.	Custo	Deprec. Acumulada	Líquido	Custo	Deprec. Acumulada	
Terrenos		14.957	-	14.957	14.957	-	14.957
Edifícios e Instalações	1,82 a 2,86	70.040	(44.286)	25.754	66.357	(42.122)	24.235
Rede Telemétrica	10	2.233	(2.233)	-	2.287	(2.287)	-
Máquinas e Equipamentos	10	116.252	(76.693)	39.559	107.076	(75.913)	31.163
Móveis e Utensílios	10	5.182	(4.233)	949	5.214	(4.255)	959
Veículos e Embarcações	20 e 5	18.536	(13.597)	4.939	19.588	(14.305)	5.283
Microcomputadores/Periféricos	20	27.991	(19.068)	8.923	26.765	(19.392)	7.373
Benfeitorias em Prop.de 3º	20	36.507	(10.564)	25.943	35.313	(9.531)	25.782
Outras Imobilizações		1.055	(163)	892	1.023	(149)	874
Imobilizações em Andamento		33.427	-	33.427	42.525	-	42.525
Total		326.180	(170.837)	155.343	321.105	(167.954)	153.151

b) Movimentação

	<u>31.12.2022</u>	Aquisições	Baixas	Baixas Depreciações	Depreciações	<u>30.09.2023</u>
Terrenos	14.957	-	-	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	24.235	3.708	(25)	32	(2.197)	25.753
Rede Telemétrica	-	-	(53)	53	-	-
Máquinas e Equipamentos	31.163	13.407	(4.327)	4.192	(4.932)	39.503
Móveis e Utensílios	959	183	(215)	203	(184)	946
Veículos e Embarcações	5.283	722	(1.775)	1.758	(1.055)	4.933
Microcomputadores/Periféricos	7.373	3.180	(1.954)	1.952	(1.666)	8.885
Benfeitorias em Prop.de 3º	25.782	1.194	-	-	(1.033)	25.943
Outras Imobilizações	874	32	(1)	1	(6)	900
Imobilizações em Andamento	42.525	8.482	(17.484)	-	-	33.523
Total	153.151	30.908	(25.834)	8.191	(11.073)	155.343

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Exercício Anterior

	<u>31.12.2021</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Baixas Depreciações</u>	<u>Depreciações</u>	<u>31.12.2022</u>
Terrenos	14.957	-	-	-	-	14.957
Edifícios e Instalações	23.324	3.591	-	-	(2.680)	24.235
Rede Telemétrica	-	-	-	1	1	-
Máquinas e Equipamentos	28.343	10.517	(1.844)	-	(5.853)	31.163
Móveis e Utensílios	1.050	178	(438)	-	169	959
Veículos e Embarcações	694	6.657	(1.672)	-	(396)	5.283
Microcomputadores/Periféricos	7.085	2.365	(1.974)	-	(103)	7.373
Benfeitorias em Prop.de 3º	26.534	668	(112)	-	(1.308)	25.782
Outras Imobilizações	876	1	(3)	-	-	874
Imobilizações em Andamento	9.454	44.553	(11.482)	-	-	42.525
Total	112.317	68.530	(17.526)		(10.170)	153.151

8. INTANGÍVEL

Composto por licenças de softwares adquiridas para utilização da Companhia em suas atividades administrativas e operacionais, os saldos de intangível são capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

a) Saldos Patrimoniais

Amortização		<u>30.09.2023</u>		<u>31.12.2022</u>		
Taxa % a.a.	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
20	<u>13.144</u>	<u>11.013</u>	<u>2.131</u>	<u>13.144</u>	<u>10.392</u>	<u>2.752</u>
	13.144	11.013	2.131	13.144	10.392	2.752

b) Movimentação

	<u>31.12.2022</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf. Entre Contas</u>	<u>Amortizações</u>	<u>30.09.2023</u>
Software	<u>2.752</u>	-	-	-	(621)	2.131
Total	2.752	-	-	-	(621)	2.131

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Exercício Anterior

	31.12.2021	Aquisições	Baixas	Transf. Entre Contas	Amortizações	31.12.2022
Software	4.042	53	-	-	(1.343)	2.752
Total	4.042	53	-	-	(1.343)	2.752

9. FORNECEDORES

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia, bem como, pela aquisição de Imobilizado/Intangível. Os ativos imobilizados e intangíveis são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável. Os principais fornecedores estão destacados no quadro abaixo:

	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Aquisição de Veículos	-	2.767
Prestação de serviços diversos	923	988
Móveis e Utensílios	26	-
Materiais de Laboratório	945	358
Serviços de Informática	2.039	501
Serviços Assistência Médica	1.158	1.070
Devolução de Taxas	1.065	714
Máquinas e Equipamentos	199	363
Materiais Diversos	1	35
Serviços de Limpeza	369	335
Energia Elétrica	206	211
Telefonia	123	114
Serviços de Segurança	200	24
Serviços de Manutenção	316	926
Água e Esgoto	76	40
Total	<u>7.646</u>	<u>8.446</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES A PAGAR

	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Salários	275	62
Prov.Férias e Encargos Sociais	48.721	47.702
Prov. 13º Sal. e Enc.Sociais	17.408	-
Prov. Licença Prêmio	118	82
Prov. Partic. Progr. Resultados	12.637	21.134
Total	<u>79.159</u>	<u>68.980</u>

A Companhia provisiona os salários que são pagos dentro do próprio mês de competência. Também são provisionadas as férias com os respectivos encargos sociais (INSS e FGTS), licença prêmio e PPR.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	CIRCULANTE	
	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Folha de Pagamento	15.451	20.323
De Terceiros	1.736	1.732
Outros	28	28
Total	<u>17.215</u>	<u>22.083</u>

12. ADIANTAMENTOS DE CONVÊNIOS

A Companhia celebrou vários instrumentos que foram agrupados e chamados de “convênios”. Dentre eles encontram-se: Termos de Convênios, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), Termos de Compensação Ambiental, Instrumentos de Acordos decorrentes de sentenças judiciais, Termos de Doação, Termos de Colaboração e outros. Cada convênio tem suas cláusulas, tais como: objetivo, plano de trabalho, cronograma, valor, prazo e outras. A maior parte deles foi celebrada com o FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos que tem por objetivo financiar programas e ações na área de recursos hídricos no Estado de São Paulo e com a SABESP, que constitui na cooperação e integração técnica entre as companhias para realizar o monitoramento da qualidade do ar em função do teste de oxigenação no Rio Pinheiros. Na tabela abaixo foram detalhados os valores recebidos antecipadamente para o desenvolvimento de projetos e estão sujeitos a aprovação final, após análise das prestações de

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contas.

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
FEHIDRO	2.748	3.241	2.904	2.462
COSAN	65	401	-	-
PETROBRAS	64	45	462	435
CERJU	303	285	771	694
SABESP	653	602	-	-
DAEE	113	104	166	159
LATU URUGUAI	121	37	-	-
Total	4.067	4.715	4.303	3.750

13. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

- a) Com base na análise e classificação dos processos ajuizados contra a Companhia, suportadas por opinião de seu Departamento Jurídico, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais no Passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis:

Contingências	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Trabalhistas	55.025	45.254	1.968	4.564
Cíveis	5.985	18.305	3.731	3.226
Fiscais:				
Autos Infrações 2009	-	-	21.006	20.016
Total	61.010	63.559	26.705	27.806

O montante em 30/09/2023, registrado em Depósitos Judiciais (Ativo Circulante e não Circulante) efetuados para contingências trabalhistas e cíveis é de R\$ 54.140 (R\$ 52.122 em 31/12/2022).

- b) A movimentação das provisões no 3º trimestre de 2023 está demonstrada a seguir:

Ações	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31/12/2022	49.818	21.531	20.016
Adições	24.765	861	990
Baixas / Reversões (-)	(17.590)	(12.676)	-
Saldo em 30/09/2023	56.993	9.716	21.006

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros em andamento, e estes litígios tramitam tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, os quais, quando aplicáveis, estão resguardados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seu Departamento Jurídico.

c.1) Provisão para Contingências Trabalhistas – consiste, principalmente, de (i) ação decorrente do Dissídio Coletivo, (ii) reclamações de ex-empregados reivindicando a reintegração no emprego, com o pagamento dos salários vencidos no período de afastamento e (iii) diferenças de verbas rescisórias.

Em 18.07.2022, foi disponibilizada decisão no âmbito da Ação de Cumprimento nº 1000578-68.2022.5.02.0009, decorrente do Dissídio Coletivo referente aos anos de 2020 e 2021, envolvendo todos os empregados da CETESB, julgando parcialmente procedentes os pedidos formulados para condená-la ao pagamento das seguintes parcelas aos trabalhadores:

a) valores retroativos do Reajuste Normativo assegurado pela cláusula 3ª da Sentença Normativa de 2020, exarada pelo processo nº 1006067-84.2020.5.02.0000, de 2,60% (dois inteiros e sessenta centésimos por cento), a partir de 01 de maio de 2020, sobre o salário vigente em 30.04.2020, até dezembro de 2021, com os respectivos reflexos;

b) diferenças devidas pela cláusula 11ª da Sentença Normativa exarada pelo processo nº 1006067-84.2020.5.02.0000, que concedeu o Vale Alimentação no valor facial total de R\$ 284,40 (duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos), desde a data base de 1º de maio de 2020 a dezembro de 2021;

c) diferenças devidas pela cláusula 12ª da Sentença Normativa exarada pelo processo nº 1006067-84.2020.5.02.0000, que concedeu o Vale Refeição Comercial com valor total equivalente a 24 (vinte e quatro) vales no valor facial de R\$ 34,40 (trinta e quatro reais e quarenta centavos), desde a data base de 1º de maio de 2020 a dezembro de 2021;

d) multa, por descumprimento das obrigações de fazer, no valor equivalente a 10% (dez por

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

cento) do salário base em favor dos empregados substituídos prejudicados, conforme a cláusula 40ª da Sentença Normativa exarada pelo processo nº 1006067-84.2020.5.02.0000 em decorrência dos descumprimentos acima;

e) valores retroativos do Reajuste Normativo assegurado pela cláusula 3ª da Sentença Normativa de 2021, exarada pelo processo nº 1002714-02.2021.5.02.0000, de 7,81% (sete inteiros e oitenta e um centésimos por cento), a partir de 01 de maio de 2021 à dezembro de 2021, sobre o salário vigente em 30.04.2021;

f) diferenças devidas pela cláusula 11ª da Sentença Normativa exarada pelo processo nº 1002714-02.2021.5.02.0000, do Vale Alimentação no valor facial total de R\$ 306,61 (trezentos e seis reais e sessenta e um centavos), desde a data base de 1º de maio de 2021 até dezembro de 2021;

g) diferenças devidas pela cláusula 12ª da Sentença Normativa exarada pelo processo nº 1002714-02.2021.5.02.0000, do Vale Refeição Comercial com valor total equivalente a 24 (vinte e quatro) vales no valor facial de R\$ 37,09 (trinta e sete reais e nove centavos) com participação dos empregados, proporcionalmente à faixa salarial, desde a data base de 1º de maio de 2021 até dezembro de 2021.

Contra a referida decisão, a CETESB interpôs Recurso Ordinário com pedido de efeito suspensivo no TST, para o qual aguarda julgamento.

Paralelamente, as entidades sindicais iniciaram a execução provisória da Ação de Cumprimento das sentenças normativas proferidas nos Dissídios Coletivos de 2020/2021 e 2021/2022, Processo nº 1001136-54.2022.5.02.0069, tendo sido determinado pelo MM. Juízo que, no prazo de 8 dias úteis, contados a partir de 22.08.2022, a CETESB apresentasse os cálculos dos valores referentes aos respectivos dissídios coletivos, retroativos às suas respectivas datas bases, com aplicação de correção monetária e juros, bem como, com a aplicação de multa por descumprimento das obrigações de fazer, no valor equivalente a 10% do salário base em favor dos empregados. Os cálculos foram elaborados e apresentados pela CETESB no prazo legal (31.08.2022), totalizando R\$ 42.002, que correspondem aos proventos, benefícios, encargos e outras indenizações (multa e honorários advocatícios). Os cálculos foram homologados e a CETESB depositou, em 06.10.2022, o valor líquido em Juízo, que corresponde a R\$ 41.200. O valor atualizado em 30/09/2023 é de R\$ 44.562.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c.2) Provisão para Contingências Cíveis – consiste, principalmente, de ações com características próprias, sendo, em sua grande maioria, ações civis públicas em decorrência do licenciamento ambiental, que demandam obrigação de fazer ou não fazer, e ações declaratórias de nulidade contra autuações no âmbito da fiscalização ambiental, que implicam não recebimento de multas aplicadas. Em decorrência da uniformização do entendimento do Tribunal de Justiça pela legalidade do Decreto Estadual nº 64.512/2019, a quantidade de ações contra o preço do licenciamento ambiental cobrado pela CETESB reduziu drasticamente em relação aos anos anteriores.

c.3) Provisão para Contingências Fiscais

c.3.1) Exercício de 2009 - No exercício de 2014, foi contabilizado o valor de R\$ 36.587 referente ao montante de contribuições (PIS/PASEP, COFINS e CSLL) relativas ao exercício de 2009, conforme crédito tributário constituído pela Receita Federal do Brasil, em fiscalização concluída no exercício em questão. O montante atualizado em 30/09/2023 é de R\$ 69.888, classificado pelo Departamento Jurídico da seguinte forma: R\$ 21.006, como perda provável e R\$ 48.883 como perda possível. O referido crédito tributário encontra-se em execução fiscal, processo nº 0033927-88.2015.403.6182 e a dívida está garantida por meio de Seguro Garantia contratado pela CETESB. O Seguro Garantia poderá ser alterado conforme desdobramento das medidas judiciais pertinentes ao débito em questão.

c.3.2) Exercício de 2013 – Ainda sobre o processo relativo à fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 27/09/2018, o órgão emitiu Auto de Infração e Termo de Ciência de Lançamento e de Encerramento Parcial do Procedimento Fiscal nº 081.9000.2016.01291, contra a CETESB, relativo à CSLL do exercício de 2013, no montante de R\$ 26.249, sendo que a Companhia ingressou com impugnação ao Auto de Infração na esfera administrativa, questionando o valor arbitrado da contribuição, composto por: montante principal de R\$ 6.571 e multa de R\$ 19.678. Nos termos do Acórdão nº 16-86.301, proferido em 14/03/2019 pela 10ª Turma da DRJ/SPO, a impugnação foi julgada procedente em parte, mantendo o crédito tributário no valor originário de R\$ 3.548, cujo valor atualizado em 30/09/2023 é de R\$ 6.289. A Companhia inter pôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF e aguarda julgamento. Em 30/09/2023, o Departamento Jurídico da CETESB manteve a classificação desse processo como “perda possível”.

c.3.3) Exercícios de 2016 e 2017 – A Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

instaurou procedimentos fiscais com o objetivo de examinar o cumprimento das obrigações principais e acessórias pertinentes à contribuição ao Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (“PIS/PASEP”), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) do período de apuração de 01.01.2016 a 31.12.2017. Em 13.01.2021, após a análise da documentação, foi lavrado Termo de Ciência de Lançamentos e Encerramento Total do Procedimento Fiscal, em relação a (i) CSLL, instaurado o Processo nº 15746-720.053/2021-37, implicando a lavratura do Auto de Infração e a constituição do crédito tributário no valor de R\$ 4.543; (ii) PIS/PASEP e COFINS, instaurado o Processo nº 15746-720.052/2021-92, culminado na lavratura dos Autos de Infração e a constituição de crédito tributário no valor de R\$ 3.582 e R\$ 16.531, respectivamente. As autuações totalizaram R\$ 24.656, cujo valor atualizado em 30/09/2023 é de R\$ 30.030. As autuações foram recebidas pela CETESB em 14.01.2021. Em 15.02.2021, foram apresentadas tempestivamente suas impugnações. As decisões de primeira instância, desfavoráveis à CETESB em ambos os processos administrativos, foram proferidas no segundo semestre de 2021. Em 12.08.2021, foi apresentado, tempestivamente, recurso voluntário ao CARF, nos autos do processo administrativo nº 15746-720.052/2021-92 (PIS/Cofins). Em 18.11.2021, também tempestivamente, foi apresentado recurso voluntário ao CARF, nos autos do processo administrativo nº 15746-720.053/2021-37 (CSLL). As referidas autuações estão em fase extrajudicial aguardando decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Após o esgotamento da esfera administrativa, caberá avaliação de eventual propositura de ação judicial a depender do entendimento jurisprudencial à época do seu encerramento. Há questionamento expresso sobre a base de cálculo das autuações e há discussão judicial em paralelo sobre o regime de apuração e a composição da base de cálculo para a incidência do PIS/COFINS. Desta forma, a análise do Departamento Jurídico é que tais autuações devem ser classificadas como “perda possível”.

d) Divulgação de Processos classificados como Perda Possível

	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Trabalhistas	6.294	12.032
Cíveis	175.061	225.731
Fiscais:		
Autos Infrações - 2009 (1)	48.883	46.613
Auto Infração - 2013 (2)	6.289	5.878
Autos Infrações - 2016/17 (3)	<u>30.030</u>	<u>27.936</u>
Total	<u>266.557</u>	<u>318.190</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) Receita Federal - Autos de infrações, relativos ao exercício de 2009, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL.

Ação judicial em curso mediante seguro garantia.

(2) Receita Federal - Auto de infração, relativo ao exercício de 2013, pelo não recolhimento da CSLL.

A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

(3) Receita Federal - Autos de Infrações, relativos aos exercícios de 2016 e 2017, pelo não recolhimento da COFINS, PIS/PASEP e CSLL.

A CETESB apresentou recurso no âmbito da esfera administrativa.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Capital Social:** o capital social está representado por 5.679.218.530 de ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal, perfazendo o montante de R\$ 170.377 em 30/09/2023, sendo 99,9999% pertencente à Fazenda do Estado de São Paulo e, 0,0001% de ações em tesouraria. A SUCEN – Superintendência de Controle de Endemias, que detinha 0,0010% das ações da CETESB foi extinta em 14/04/2022, conforme Decreto Estadual nº 66.554, de 14/05/2022. O aumento do capital social refere-se ao montante de R\$ 800 liberado pela Secretaria da Fazenda no mês de fevereiro de 2023. A integralização do referido valor foi deliberado na AGE de 20/09/2023;
- b) Reservas de Reavaliação:** A Companhia realizou no exercício de 2003, a reavaliação dos seus imóveis (terrenos e benfeitorias). No terceiro trimestre de 2023 houve a realização do montante de R\$ 212, correspondente à depreciação calculada e reconhecida no resultado, sobre os bens reavaliados. Desta forma o saldo das Reservas de Reavaliação é de R\$ 19.070 (R\$ 19.282 em 31/12/2022);
- c) Prejuízos Acumulados:** Compreende o prejuízo acumulado no terceiro trimestre de 2023 no valor de (R\$ 19.469), menos a reserva de reavaliação (R\$ 234) e o prejuízo acumulado do exercício anterior no montante de (R\$ 109.392), totalizando o montante de (R\$ 128.627).
- d) Antecipação de Dividendos:** A Assembleia Geral Ordinária de 25/04/22 aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 63.877, relativos ao exercício de 2021, pagos em 20 de maio de 2022. Como a Companhia reapresentou suas demonstrações financeiras de 2020 e 2021, com o objetivo de retificar alguns registros contábeis dos exercícios supracitados, os dividendos relativos ao exercício de 2021, foram distribuídos por um valor a maior de 7.132, conforme demonstrativo abaixo:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Distribuição de Dividendos - Exercício 2021	<u>Original</u>	<u>Reapresentado</u>
Lucro Líquido do Exercício	67.239	59.730
Apropriação à Reserva Legal - 5%	(3.362)	(2.987)
Reservas de Lucros	63.877	56.744
Dividendos obrigatórios - 25%	(15.969)	(14.186)
Reservas de Lucros a realizar	47.908	42.558

15. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

No quadro a seguir, a CETESB demonstra, em detalhes, a composição de suas receitas operacionais líquidas, sendo que merecem destaque: a subvenção econômica, as receitas obtidas com o sistema de licenciamento ambiental e as receitas auferidas com o recebimento de multas ambientais.

De imediato, deve ser ressaltada a importância da receita “Subvenção Econômica”, que até 30/09/2023 representou 16% do montante das receitas líquidas. A Companhia, na condição de “empresa dependente”, consoante o inciso III do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), recebeu do Governo do Estado de São Paulo a subvenção econômica estabelecida pela Lei Estadual nº 17.614 de 26/12/2022 (lei orçamentária anual), na importância de R\$ 153 milhões. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das cotas fixadas no Decreto Estadual nº 67.447, de 13/01/2023 (decreto de execução orçamentária).

Outra receita de grande importância é a obtida com o licenciamento ambiental, a atividade de maior relevância para a CETESB em termos de “controle preventivo da poluição”. Os preços cobrados pelas licenças ambientais emitidas estão regulamentados pelo Decreto Estadual nº 8.468, de 08/09/1976 e suas alterações, sendo, as mais recentes, pelo Decreto Estadual nº 62.973, de 28/11/2017 e Decreto Estadual nº 64.512, de 03/10/2019. O reconhecimento contábil, como receita, foi efetuado no momento do recebimento de cada uma das licenças ambientais, vez que, segundo a legislação vigente, somente devem ser efetuados “à vista”.

Ainda com relação ao licenciamento ambiental, há que se ressaltar a atividade de “controle corretivo da poluição”, representado pela aplicação de multas ambientais aos que desrespeitam a legislação acima mencionada, dentre outras. Os ingressos de recursos decorrentes do recebimento de multas ambientais também foram reconhecidos contabilmente somente quando de seu efetivo recebimento, consoante CPC-00-Estrutura Conceitual.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30.09.2023</u>	<u>30.09.2022</u>	<u>3º Tri 23</u>	<u>3º Tri 22</u>
Subvenção Econômica	65.810	22.163	28.792	2.340
Exercício de Poder de Polícia				
Licenciamento	273.630	237.508	96.670	88.818
Multas Ambientais	48.781	43.054	14.335	14.085
Taxa de Fiscalização Ambiental	24.392	22.939	15.914	0
Subtotal	346.803	303.501	126.919	102.903
Venda de Serviços/Produtos				
Certificação Veículos/Motocicletas	5.641	8.351	2.030	2.998
Fehidro Agente Técnico	1.017	1.395	226	392
Emissão de Certidões	716	718	258	211
FECOP	1.090	1.241	173	280
Cursos	1.020	977	455	454
Análises Laboratoriais	610	331	178	86
Demais Receitas	87	21	21	18
Subtotal	10.181	13.034	3.341	4.439
Deduções				
ISS/ICMS	(371)	(493)	(135)	(187)
PASEP/COFINS	(12.874)	(11.303)	(4.698)	(3.848)
Devoluções Licenciamento	(3.956)	(4.448)	(1.451)	(1.819)
Cancel. de Multas Ambientais	(344)	(183)	(107)	(109)
Subtotal	(17.545)	(16.427)	(6.391)	(5.963)
Total	405.249	322.271	152.661	103.719

16. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos

Custo dos Serv. e Produtos Vendidos e Subvencionados

	<u>30.09.2023</u>	<u>30.09.2022</u>	<u>3º Tri 2023</u>	<u>3º Tri 2022</u>
Pessoal e Reflexos	273.172	250.038	97.272	87.872
Remuneração Diretoria	911	963	319	567
Materiais	6.984	9.629	1.990	4.572
Serviços de Terceiros	14.348	8.088	6.120	2.043
Viagens	999	650	436	296
Aluguéis	594	568	245	226
Utilidades	2.796	2.662	984	729
Imp/Taxas e Contribuições	922	466	58	148
Depreciações/Amortizações	7.909	7.240	2.763	2.409
Distribuição de Custos	3.405	3.387	1.188	1.211
Demais Despesas	626	1.047	241	326
Total	312.666	284.738	111.616	100.399

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Despesas

	Despesas Gerais e Administrativas			
	<u>30.09.2023</u>	<u>30.09.2022</u>	<u>3º Tri 2023</u>	<u>3º Tri 2022</u>
Pessoal e Reflexos	87.804	82.191	21.174	20.678
Pessoal Afastamento SEMIL	21.662	24.104	14.755	15.981
Pessoal Afastamento Fund Florestal	538	427	361	276
Remuneração Diretoria	582	615	197	198
Remun.Órgãos Estatutários	1.695	1.067	576	360
Recup.Pessoal Afast. Outros Órgãos	(204)	(188)	(79)	(77)
Materiais	1.668	2.454	522	1.091
Serviços de Terceiros	10.307	7.813	4.232	2.047
Servs.Prestados Partes Relacionadas	257	110	31	(17)
Viagens	499	435	206	179
Aluguéis	169	177	67	63
Utilidades	1.754	1.578	603	485
Seguros	180	404	51	62
Imp/Taxas e Contribuições	177	1.254	(500)	546
Depreciações/Amortizações	3.754	3.469	1.232	930
Distribuição de Custos	(3.495)	(3.387)	(1.278)	(1.211)
Demais Despesas	2.151	2.639	1.669	(359)
Total	<u>129.498</u>	<u>125.162</u>	<u>43.819</u>	<u>41.232</u>

17. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>30.09.2023</u>	<u>30.09.2022</u>	<u>3º Tri 2023</u>	<u>3º Tri 2022</u>
Recuperação Desp. de Convênios	5.862	6.790	1.735	1.011
Outras Recuperações	261	38	79	7
Prov. e Reversões de Contingências				
Trabalhistas/Cíveis e Outras	(4.743)	(49.386)	10.976	(2.749)
Outras Despesas e Receitas	4.574	(4.681)	952	(5.574)
Total	<u>5.954</u>	<u>(47.239)</u>	<u>13.742</u>	<u>(7.305)</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

	<u>30.09.2023</u>	<u>30.09.2022</u>	<u>3º Tri 2023</u>	<u>3º Tri 2022</u>
Receitas Financeiras				
Atualização Legal PGE	337	921	(45)	83
Atualização Legal Outros	4.960	8.322	1.418	2.009
Rendimentos Corretora	1.455	720	516	354
Rendimentos Aplicação Finan	3.754	13.591	1.281	3.966
Outras Receitas Financeiras	5.003	262	128	278
Total	15.509	23.816	3.298	6.690
(-) Despesas Financeiras				
Despesas Bancárias	(406)	(437)	(139)	(151)
Atualização Legal	(4.155)	(593)	(758)	0
Atualização Cont. Previdenciari	(7.073)	0	(2.442)	0
Outras Despesas Financeiras	(144)	(318)	(79)	(21)
Total	(11.778)	(1.348)	(3.418)	(172)
RESULTADO FINANCEIRO	3.731	22.468	(120)	6.518

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, transportes nacionais e internacionais e riscos diversos em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

20. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei federal nº 13.303/16

a) Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A fixação da remuneração, das gratificações, dos benefícios e das demais vantagens foi estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, pela Deliberação nº 1, de 01/02/2023, com vigência a partir de 01/02/2023, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 24/04/2023.

b) Transações com Entidades Estaduais

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

I) Serviços contratados

Em 30 de setembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía em aberto o montante de R\$ 257 e R\$ 110 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados de forma continuada por partes relacionadas, classificadas na rubrica “Serviços Prestados Partes Relacionadas” no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”:

Empresas	<u>30.09.2023</u>	<u>30.09.2022</u>
SABESP	76	39
PRODESP	181	71
Total	257	110

II) Serviços prestados

A CETESB, no âmbito de suas atribuições institucionais, arrecadou no 3º trimestre de 2023 e 2022 com as partes relacionadas, o montante de R\$ 5.069 e R\$ 3.736, respectivamente. Os valores referem-se à concessão de licenças ambientais e venda de curso, serviços e produtos.

Empresas	<u>30.09.2023</u>	<u>30.09.2022</u>
CDHU	-	33
CESP	-	3
CPTM	231	96
DAEE	-	22
DER	29	10
EMAE	4	26
EMTU	2	7
IPT	1	3
METRO	9	105
SABESP	4.793	3.420
Secr. Adm. Penitenciária	-	2
Secr. Saúde	-	6
USP	-	3
Total	5.069	3.736

A contabilização dos gastos e custeio da Companhia em relação aos empregados afastados junto à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo - SEMIL e Fundação Florestal-FF foi aprovada pelo Conselho de Administração na 566ª reunião, realizada em 15/12/2021 e estão demonstradas na tabela abaixo:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL/SP)
30.09.2023 30.09.2022

Natureza da transação	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	18.894	-	18.894	-	21.752	-	21.752
Benefícios a empregados	-	2.768	-	2.768	-	2.354	-	2.354
Telefone	-	91	-	91	-	5	-	5
Aprop.Depreciação	-	221	-	221	-	266	-	266
Energia Elétrica	-	302	-	302	-	363	-	363
Água/Esgoto	-	103	-	103	-	97	-	97
IPTU	-	212	-	212	-	338	-	338
Outros Materiais	-	-	-	-	-	5	-	5
Serv. Terceiros	-	947	-	947	-	859	-	859
TOTAL		23.538		23.538		26.039		26.039

Secretaria de Meio Ambiente e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL/SP)
3º Trimestre 2023 3º Trimestre 2022

Natureza da transação	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	6.017	-	6.017	-	7.307	-	7.307
Benefícios a empregados	-	836	-	836	-	956	-	956
Telefone	-	43	-	43	-	1	-	1
Aprop.Depreciação	-	73	-	73	-	89	-	89
Mat.Manut.Edifícios Inst.	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica	-	115	-	115	-	99	-	99
Água/Esgoto	-	53	-	53	-	33	-	33
IPTU	-	45	-	45	-	127	-	127
Outros Materiais	-	0	-	0	-	2	-	2
Serv. Terceiros	-	381	-	381	-	257	-	257
TOTAL		7.563		7.563		8.871		8.871

Fundação Florestal
30.09.2023

30.09.2022

Natureza da transação	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total
Cessão de empregados	-	470	-	470	-	381	-	381
Benefícios a empregados	-	69	-	69	-	46	-	46
Telefone	-	36	-	36	-	-	-	-
Aprop.Depreciação	-	87	-	87	-	83	-	83
Mat.Manut.Edifícios Inst.	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica	-	113	-	113	-	147	-	147
Água/Esgoto	-	37	-	37	-	39	-	39
IPTU	-	72	-	72	-	137	-	137
Outros Materiais	-	-	-	-	-	2	-	2
Serv. Terceiros	-	349	-	349	-	322	-	322
TOTAL		1.233		1.233		1.157		1.157

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza da transação	Fundação Florestal				3º Trimestre 2022			
	3º Trimestre 2023	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa	Total	Receita	Custos / despesas	Ressarc. de despesa
Cessão de empregados	-	157	-	157	-	127	-	127
Benefícios a empregados	-	22	-	22	-	19	-	19
Telefone	-	17	-	17	-	-	-	-
Aprop.Depreciação	-	30	-	30	-	28	-	28
Mat.Manut.Edifícios Inst.	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia Eletrica	-	46	-	46	-	40	-	40
Água/Esgoto	-	21	-	21	-	13	-	13
IPTU	-	18	-	18	-	52	-	52
Outros Materiais	-	-	-	-	-	1	-	1
Serv. Terceiros	-	152	-	152	-	105	-	105
TOTAL		463		463		385		385

c) Afastamento de Empregados

Em 30 de setembro de 2023, a CETESB possuía 70 empregados afastados à SEMIL e 03 afastados à Fundação Florestal, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios estão registradas na rubrica “Pessoal Afastamentos SEMIL e Fundação Florestal”, no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”, pelo montante de R\$ 21.662 e R\$ 538 respectivamente, demonstradas na nota explicativa 16.

No mesmo período, a Companhia possuía também afastamentos de empregados em outros Órgãos Públicos, cujas despesas com salários, encargos sociais e benefícios foram ressarcidas e registradas na rubrica “Recuperação de Despesas – Afastamento de Empregados”, no grupo “Despesas Gerais e Administrativas”, pelo montante de R\$ 204 e R\$ 188, demonstradas na nota explicativa nº 16.

d) Utilização de Imóveis

A SEMIL – Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e a Fundação Florestal ocupam cerca de 22% da área do imóvel da sede da CETESB. Essas despesas estão demonstradas no item b III.

A CETESB é parte beneficiária de Termo de Cessão de Uso para a utilização de bens imóveis, a título gratuito, para a instalação e operação de Agências Ambientais. Os Órgãos e Entidades cedentes, bem como o início e vencimento dos Termos de Cessão estão demonstrados a seguir:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Agência Ambiental	Cedente	Início	Vencimento
ABC I	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
ABC II	Secretaria da Fazenda	2009	Indeterminado
Americana	Secretaria da Fazenda	2008	Indeterminado
Araçatuba	DER	2013	Indeterminado
Araraquara	DER	2007	Indeterminado
Assis	Secretaria da Fazenda		Indeterminado
Atibaia	Prefeitura	2018	06/12/2038
Avaré	Prefeitura	2001	Indeterminado
Barretos	Prefeitura	2018	19/02/2028
Bauru	SP+Perto		Indeterminado
Botucatu	Prefeitura	2018	20/12/2048
Campinas	Secret. Agricultura e Abastecimento	2015	Indeterminado
Capão Bonito	Prefeitura	2008	02/08/2025
Dracena	Prefeitura	2014	Renovando
Embu das Artes	DER		
Franca	Prefeitura		
Guarulhos	Prefeitura	2008	27/11/2023
Itapetininga	DER	2014	Indeterminado
Jabotical	Prefeitura	2013	07/07/2031
Jales	Prefeitura	2008	Indeterminado
Jundiai	DER	2003	Indeterminado
Limeira	Prefeitura	2011	07/11/2026
Marília	Secret. Agricultura e Abastecimento	2000	Indeterminado
Mogi das Cruzes	Prefeitura	2010	Renovando
Mogi Guaçu	Prefeitura	2019	21/02/2024
Osasco	Semil		
Presidente Prudente	DAEE	2013	Indeterminado
Registro	Projeto SP+Perto	2012	Indeterminado
Ribeirão Preto	DER	2003	Indeterminado
Santana	Instituto Florestal	2010	Indeterminado
Santo Amaro	Semil		
São Carlos	Secret. Agricultura e Abastecimento	2008	Indeterminado
São João da Boa Vista	Prefeitura	2020	16/09/2050
São José do Rio Preto	DER	2006	07/07/2025
São José dos Campos	Prefeitura	2017	
Sorocaba	Secretaria da Fazenda	2017	Indeterminado
Tatuapé	SEMIL	2017	25/10/2038
Taubaté	DAEE	2005	Indeterminado
Votuporanga	Prefeitura	2019	16/05/2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. REMUNERAÇÕES PAGAS AOS ADMINISTRADORES

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, com os montantes dos exercícios registrados na rubrica “Remuneração de Órgãos Estatutários”, conforme demonstrado abaixo, foram registrados no grupo “despesas gerais e administrativas”.

	Valores				Número de Membros	
	<u>30.09.2023</u>	<u>30.09.2022</u>	<u>3º Tri 2023</u>	<u>3º Tri 2022</u>	<u>30.09.2023</u>	<u>30.09.2022</u>
Conselho de Administração	932	579	297	198	11	10
Comitê de Auditoria	500	290	194	97	4	3
Conselho Fiscal	263	198	85	66	5	5
Diretoria	1.493	1.622	517	445	5	5
Total	3.188	2.689	1.093	806	25	23

Além da remuneração mensal, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano. Conforme estatuto da Companhia, integrará o Conselho de Administração o(a) Diretor(a)-Presidente, além de um membro do Comitê de Auditoria de órgão técnico que deverá optar neste caso, por uma das remunerações.

22. IMPOSTOS A RECUPERAR:

a) Curto Prazo

	<u>30.09.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Imposto de Renda	3	107
Pasep	4	6
Cofins	17	29
CSLL	64	124
Antecipação de Contribuição Social	624	555
Total	712	821

b) Longo Prazo

A Companhia não é contribuinte do Imposto de Renda, conforme decisão proferida em seu favor junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Dessa forma, para todos os impostos retidos durante o exercício são feitos pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil, via PERD

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

COMP, após a entrega da ECF – Escrituração Contábil Fiscal. A mesma prática é adotada para as Contribuições Sociais dos exercícios em que foram apuradas base negativa.

	30.09.2023	31.12.2022
Imposto de Renda - Exercícios Anteriores	889	838
CSLL - Exercícios Anteriores	796	609
CSLL Estimada - Exercício 2019	619	570
Diversos	12	11
PCLD	(917)	(584)
Total	1.399	1.444

23. PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS

Em outubro de 2020, a CETESB contratou a Agência Brasileira de Planejamento Econômico e Social - AG Brasil, para identificar oportunidades de compensação de contribuições previdenciárias recolhidas em exercícios anteriores com base em interpretação da legislação então vigente. Esse levantamento julgou que o valor de R\$ 59.265 teria sido recolhido a maior nos últimos 5 anos anteriores à 2020. A CETESB optou por fazer a compensação mensal desse valor pago a maior no recolhimento do INSS patronal, abatendo do mesmo, R\$ 264, R\$ 29.582 e R\$ 29.419 dos recolhimentos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente, por meio de PERDCOMP. Esses valores foram classificados nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 como ajustes de exercícios anteriores, no Patrimônio Líquido.

No encerramento do exercício de 2022, a Administração da CETESB, baseada na análise de seus consultores jurídicos, reavaliou os riscos desse procedimento e decidiu fazer o provisionamento dos valores compensados atualizados, enquanto aguarda a homologação do processo de compensação na Receita Federal do Brasil. O montante provisionado foi de R\$ 72.140. Em 30/09/2023, o valor atualizado é de R\$ 79.213. A variação no montante de R\$ 7.073 foi contabilizada na rubrica Atualização Legal Contribuições Previdenciárias, demonstrada na nota explicativa nº 18.

CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório de revisão das informações contábeis
intermediárias

Referente ao 3º trimestre do exercício de 2023.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

**Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
São Paulo – SP**

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias supracitadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Compensação de Contribuições Previdenciárias

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 23, a CETESB adotou como procedimento o abatimento de determinadas contribuições previdenciárias relativas ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, de valores relativos a auxílio-doença, aviso prévio indenizado e benefícios empregatícios, somando um montante acumulado R\$ 79.213 mil em 30 de setembro 2023 (R\$ 72.140 mil em 31 de dezembro de 2022). A Administração da CETESB, baseada na análise de seus consultores jurídicos, avaliou os riscos desse procedimento e decidiu fazer o provisionamento dos valores compensados atualizados, enquanto aguarda a homologação do processo de compensação na Receita Federal do Brasil. Nossa conclusão não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Continuidade Operacional

A Companhia vem apresentando prejuízos sucessivos, sendo de R\$ 19.469 mil para o período findo em 30 de setembro de 2023 (R\$ 106.021 mil em 30 de setembro de 2022). O passivo circulante excedeu ao ativo circulante no montante de R\$ 36.698 mil em 30 de setembro de 2023 (R\$ 28.491 em 31 de dezembro de 2022). Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2 “a” e “b”, a CETESB recebeu a título de subvenção econômica da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, nas rubricas “Pessoal e Encargos Sociais” e “Custeio”, R\$ 65.810 dos R\$ 110.089 previstos na Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 17.614 de 26/12/2022 e Decreto Estadual nº 67.447, de 13/01/2023), para o terceiro trimestre de 2023. A CETESB vem recebendo repasses abaixo daquele previsto no orçamento, o que contribuiu significativamente para o prejuízo apurado no período findo em 30 de setembro de 2023 no montante de R\$ 19.469 mil. A Secretaria da Fazenda e Planejamento está monitorando o fluxo de caixa (SIEDESC) da CETESB e liberando paulatinamente a subvenção econômica determinada pela LOA, a fim de garantir a sustentabilidade de suas atividades sem prejuízo da continuidade operacional. Apesar disso, os níveis de caixa da CETESB permanecem dentro dos parâmetros considerados normais para uma empresa estatal dependente. As demonstrações contábeis do período findo em 30 de setembro de 2023 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Barueri, 10 de novembro de 2023

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Assinado de forma digital por
ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2023.11.24 10:35:58
-03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica